

Valadares apresentará PEC para retorno da exigência de diploma para

O senador Antonio Carlos Valadares (SE), líder do PSB no Senado, prepara Proposta de Emenda Constitucional para retorno da exigência do diploma de curso superior de comunicação social para o exercício da profissão de jornalista. Tão logo o parlamentar termine de coletar as assinaturas necessárias para o início da tramitação da PEC, ela será apresentada à Mesa Diretora do Senado.

Para Valadares, exigir formação acadêmica para a realização de uma atividade tão importante como o jornalismo, não é cercear a liberdade de expressão, como alguns interpretam, mas garantir a qualidade do serviço, uma vez que os profissionais da área sejam graduados.

O senador enxerga como consequência da não obrigatoriedade do diploma de jornalista, uma progressiva desqualificação dos profissionais de imprensa, lembrando fatos passados: "Empresas jornalísticas de fundo de quintal poderiam proliferar-se, contratando qualquer um que se declare como jornalista. Era assim no passado e resquícios desse período ainda atormentam a classe jornalística de tempos em tempos. Uma pesquisa de 1977, feita pelo Sindicato de Jornalistas de São Paulo revelou que 19 profissionais reconhecidos pelo próprio sindicato como jornalistas eram simplesmente analfabetos".

Além de apresentar a PEC, Valadares vai entrar com requerimento junto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para a realização de audiência pública com estudantes, jornalistas, representantes de associações e federações de jornalistas, e da Ordem dos Advogados do Brasil, para aperfeiçoar a matéria.



Sarney acata proposta de Casagrande e cria Portal da Transparência

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), comunicou em Plenário nesta terça-feira (23) as medidas adotadas na reunião da Mesa Diretora sobre os atos secretos no Legislativo. Atendendo a uma sugestão do senador Renato Casagrande (ES), Sarney anunciou a criação do Portal da Transparência, uma página na internet com todas as decisões e contas do Senado Federal. O Portal foi ao ar ainda nesta quarta-feira (24).

O senador Renato Casagrande, que em março deste ano apresentou o projeto do Portal da Transparência (PLS 12/09), comemorou a decisão da Presidência. "Com esse portal, a sociedade poderá acompanhar em tempo real como os recursos públicos estão sendo utilizados nesta Casa", disse o senador.

Além de informações sobre as contas da instituição, o portal traz a listagem de servidores efetivos e comissionados, e, em breve, deverá apresentar a lista de contratos de prestação de mão de obra (terceirizados).

O portal contém ainda mecanismos de pesquisa das empresas que prestam serviço ou que fornecem bens ao Senado. Qualquer pessoa pode, por exemplo, conhecer os contratos de seguro do Senado, incluindo seus valores.

As chamadas despesas indenizatórias de cada senador - o parlamentar tem direito a gastar até R\$ 15 mil por mês em despesas relacionadas ao exercício do mandato, como gastos com locomoção e manutenção de escritório político em seus estados - que vinham sendo apresentadas no site do Senado, agora fazem parte do Portal da Transparência. Ele pode ser acessado pelo endereço: <http://www.senado.gov.br/sf/portaltransparencia/>

(Com informações da Agência Senado)

